



CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. *Igrejas e Ditadura Militar na Bahia*. Salvador: Sagga, 2018. 196 p.

## IGREJAS E DITADURA MILITAR NA BAHIA

Ane Rose de Jesus Santos Maciel<sup>1</sup>

A pesquisa, recém-publicada pela Editora Sagga e desenvolvida por Joviniano Soares de Carvalho Neto, intitulada “Igrejas e Ditadura Militar na Bahia”, tem como objetivo geral analisar os relatórios da Comissão Estadual da Verdade/CEV do Estado da Bahia, buscando identificar a atuação de membros da igreja católica e protestante, envolvidos em questões sociopolíticas durante o período da ditadura civil-militar. Para tanto, o autor estruturou a pesquisa em três momentos. No primeiro, retratou as questões sociais, políticas e religiosas no Estado da Bahia, com foco na cidade de Salvador, correlacionadas ao contexto nacional. No segundo, enfatizou a estruturação da igreja católica, as ações de padres franceses envolvidos com assistência social, especificando o impacto do golpe, a implantação do Centro de Estudos e Ação Social/CEAS e a luta promovida por essa instituição, na busca por moradia aos desabrigados, além de retratar as perseguições e repressões aos seus membros. No terceiro e último momento, Carvalho Neto finaliza analisando as igrejas protestantes, especificando a Batista e a Presbiteriana, destacando as perseguições, desafios, lutas e contradições entre os membros envolvidos nas questões políticas.

Como membro integrante do projeto de catalogação da memória, realizado pela CEV, o autor tomou como pano de fundo as relações entre as igrejas católicas e as protestantes para compor sua escrita. Metodologicamente amparado por suas experiências, como membro militante do movimento estudantil secundarista, Juventude Universitária Católica/JUC e da Juventude Independente Católica/JIC, o autor pôde contar com fontes produzidas durante um período relativamente importante à compreensão da história do país.

---

<sup>1</sup>Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe/PPGED/UFS. Graduada em História pela Universidade Tiradentes/UNIT. Membro do **GREPHES**/Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior, que tem por objetivo analisar as transformações históricas verificadas no âmbito do ensino superior no Brasil, (Instituições públicas e particulares), tendo como foco principal a Universidade Federal de Sergipe.

Esse contato direto com as fontes, obrigou o autor a distanciar-se dos acontecimentos, valorizando o olhar crítico, necessário à produção historiográfica. Para esse distanciamento, Carvalho Neto destaca os elementos que demarcaram a atuação da igreja católica, enfatizando tanto o posicionamento favorável ao golpe civil-militar, quanto o de enfrentamento, o que desencadeou em violências, em perseguições e em violação dos direitos humanos, principalmente dos que atuavam frente a órgãos religiosos. Para amparar suas argumentações, o autor retratou um quadro populacional, com bases no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, especificando a quantidade de pessoas correlacionadas à religião praticada, entre os anos de 1960 até 1991, com foco a demonstrar o cenário nacional antes e posterior à deflagração do golpe. Segundo suas análises, entre as décadas de 1960 a 1980, houve um aumento significativo no número de adeptos à religião católica.

Esses dados comprovam como a igreja católica, detentora do poder de fala e ação, fez-se presente na conjuntura social e política do país, durante o período analisado. Para ele, as igrejas católicas no Brasil, durante o período ditatorial, realizaram uma modernização autoritária, especificamente estrutural, o que produziu impactos significativos na sociedade brasileira. Segundo Carvalho Neto, a posição da igreja católica e das denominações evangélicas foi, no início, majoritariamente, de apoio à “Revolução Redentora”, no entanto, após perceber a violação dos direitos humanos, especialmente quando seus membros começaram a ser perseguidos, a relação entre essas instituições foi sendo alterada.

Para essa compreensão, o autor dividiu a estruturação da igreja católica em duas fases. A primeira, entre 1958 a 1978, corresponde aos papados de João XXIII e Paulo VI, marcada pela realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), e a difusão das políticas sociais, originárias de suas propostas; e a segunda entre 1978 a 2013, nos papados de João Paulo II e Bento XVI, na qual se o Concílio não foi totalmente negado, seus efeitos foram contidos, ao tempo que, progressivamente, se fortaleceu a centralização na Cúria Romana e na disciplina. As ações sociais, lema central do Concílio, foram sendo postas de lado por grande parte de seus membros, seus esforços concentravam-se na luta enfática contra o comunismo.

Paralelo às manifestações anticomunistas, uma parte desse prelado buscava trabalhar incansavelmente na direção dos mais pobres. A opção preferencialmente pelos desfavorecidos, as Comunidades Eclesiásticas de Bases/CEBs, e a Teologia da Libertação, marcaram a afirmação da igreja católica à esquerda, o que provocou uma permanente reação dos conservadores



nos anos seguintes. Para fortalecer suas análises, o autor destaca dois personagens importantes da religião católica: Dom Eugênio Sales (1920-2012), considerado um dos expoentes da linha conservadora, o que proporcionava a ele uma posição privilegiada entre os poderes ditatoriais, e Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986), definido como moderado, fato que possibilitou sua relação entre os dois lados dos acontecimentos.

Na sequência, o autor destaca as questões dos padres franceses, atuantes no Brasil, frutos da Comissão Episcopal de Missão Exterior para a América Latina, e seus envolvimento nas questões sociais de assistência aos pobres. Esses padres foram, por diversas vezes, acusados de “subversivos”, o que provocou interrupção de suas atividades e perseguições. No desenvolver da pesquisa, Carvalho Neto lança luz sobre a criação do Centro de Estudos e Ação Social/CEAS, instituição da ordem Jesuíta, de inspiração religiosa, mas de caráter não confessional, que reunia religiosos e leigos, cristãos ou não, e que servia de espaço de encontro e atuação das forças progressivas que reagiam contra a ditadura civil-militar. Sua criação faz parte de um movimento da ordem Jesuíta que visava enfrentar os problemas sociais do país.

Para compreender a ação do CEAS, o autor dividiu as análises em três momentos. No primeiro, estão retratadas as bases fundamentais que originaram a criação da instituição, segue reconstruindo as pressões existentes durante seu funcionamento e finaliza apresentando a atuação do CEAS através das equipes rurais e urbanas. Tendo aproximadamente trinta pessoas, das quais nove eram jesuítas, o CEAS contava ainda com uma equipe de redação, que editava os Cadernos (revista de circulação no Brasil e no exterior) e com a Equipeduca, que assessorava as classes populares. Em 1975, essa equipe dividiu-se, formando uma equipe urbana e uma rural. A rural tinha como foco principal conscientizar e organizar os trabalhadores do campo, especialmente os das áreas de cacau e café na Bahia, e os de cana-de-açúcar em Alagoas. Já a equipe urbana, sediada em Salvador, destacou-se pelo apoio e a organização de associações de moradores, especificamente a Associação dos Moradores de Plataforma/AMPLA e do Movimento de Defesa dos Favelados/MDF.

A trama segue analisando as perseguições aos membros do CEAS, apreensão dos Cadernos, a exemplo a edição vinte e sete, com a publicação de dois manifestos: o primeiro referente aos bispos do Nordeste, com o tema “eu ouvi os clamores de meu povo” e, o segundo, de responsabilidade dos bispos do Centro Oeste, denominado “marginalização de um povo”. Aquela instituição funcionava como uma entidade que apresentava, comentava e analisava a realidade brasileira, além de acompanhar a luta dos

cidadãos por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condições de vida, tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente. Sua fundação coincidiu com a deflagração do Ato Institucional nº 5/AI-5, reconhecidamente o mais violento na historiografia política do país. Seu poder de repressão, especificamente a partir de 1972, desencadeou em intensas perseguições, torturas e desaparecimento de presos políticos.

Após tratar das perseguições e lutas por direitos, moradias e assistência social, além da campanha da anistia e do apoio aos presos políticos, o texto segue analisando a atuação das igrejas evangélicas, especificamente a Batista e a Luterana, em apoio ao golpe civil-militar, assim como destacando a participação de alguns membros progressistas e ecumênicos, que lutaram contra o poder autoritário do regime. Buscando compreender essa dualidade, o autor destaca que a repressão aos membros progressistas, dentro dessas instituições religiosas, ocorreu de forma diferenciada. Na Presbiteriana, a decisão, a nível nacional, foi contra o Presbitério de Salvador, já na Batista, tomou-se a decisão de expulsar os membros progressistas, o que desencadeou na criação de novas igrejas. No entanto, embora a forma de repressão tenha sido diferenciada, os resultados foram similares.

Para compreender essas particularidades, o autor inicia suas análises no processo de implantação das igrejas evangélicas no Brasil, pois, segundo seu levantamento, a posição política dessas igrejas, durante a ditadura civil-militar foi condicionada por alguns fatores, como: 1) confronto doutrinário entre conservadores e fundamentalistas de um lado e progressistas e ecumênicos de outro; 2) entrada, no Brasil, acompanhando imigrantes da mesma etnia ou através de missionários norte-americanos; 3) ligações ideológicas e muitas vezes financeiras com as congregações norte-americanas, das quais receberam pastores e valores, tais como, admiração pelos Estados Unidos e anticomunismo; 4) caráter minoritário e composição social. Esses fatores, segundo Carvalho Neto, proporcionaram confrontos entre conservadores e renovadores, assim como nas igrejas católicas, especificamente a partir da II Guerra Mundial e no período da Guerra fria.

Nesse clima de tensões, desenvolveu-se nas igrejas evangélicas, assim como na católica, um confronto entre conservadores e renovadores, destacando a resistência entre ecumênicos e fundamentalistas. Esses últimos surgiram a partir dos Estados Unidos, no Concílio Internacional das Igrejas Cristãs, liderados pelo pastor presbiteriano, Carl Mac Intire. Para eles, os principais inimigos do protestantismo eram a igreja católica, o socialismo, a



filosofia moderna e o espiritismo. Essa posição levou ao conservadorismo, ao pietismo, à religiosidade mais individual e moralista, assumindo literalmente o princípio da obediência à autoridade, pois toda autoridade vem de Deus.

Ancorados nessa concepção, os conservadores não apenas apoiaram o golpe civil-militar, como firmaram-se no clima por ele criado para reprimir, dentro de suas igrejas, os progressistas e ecumênicos. Como resultado, destacou-se o surgimento de várias denominações religiosas ou desdobramentos das mesmas igrejas, tais como a igreja Batista Sião, formada por uma classe média emergente, da qual a categoria militar se constituía, representando a comunidade batista baiana de maior prestígio social, dominada pela família Coelho. A igreja Batista 2 de Julho, liderada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, líder conservador, membro da União Democrática Nacional/UDN e a igreja Batista Nazaré, liderada por Djalma Torres, com postura progressista ecumênica e inter-religiosa. Esses movimentos de repressão possibilitaram o surgimento de novas denominações evangélicas que buscaram, apoiando o golpe ou sendo contrário, demarcar sua atuação de evangelização na cidade de Salvador Bahia.

Para finalizar, Carvalho Neto destaca a formalização do anticomunismo, surgido a partir do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, realizado em Garanhuns, Pernambuco, tendo como alvo principal a igreja católica. Seu objetivo, entre outros, era proibir que seus pastores celebrassem casamentos junto a sacerdotes católicos. A luta travada entre as duas denominações religiosas ultrapassou as questões sacras. Buscando divulgar o trabalho feito pela Comissão Estadual da Verdade/CEV do Estado da Bahia, Carvalho Neto contribui sistematicamente com a difusão e compreensão das ações dessas igrejas. Essa documentação serviu de base fundamental à construção de um texto que assume fielmente um caráter científico de produção e divulgação da história religiosa e, sobretudo política. O levantamento de dados estruturados por uma análise concisa, além da escrita enriquecedora, possibilitará novas interpretações acerca de um momento historicamente importante e que provocou situações diferenciadas em cada região do país.

